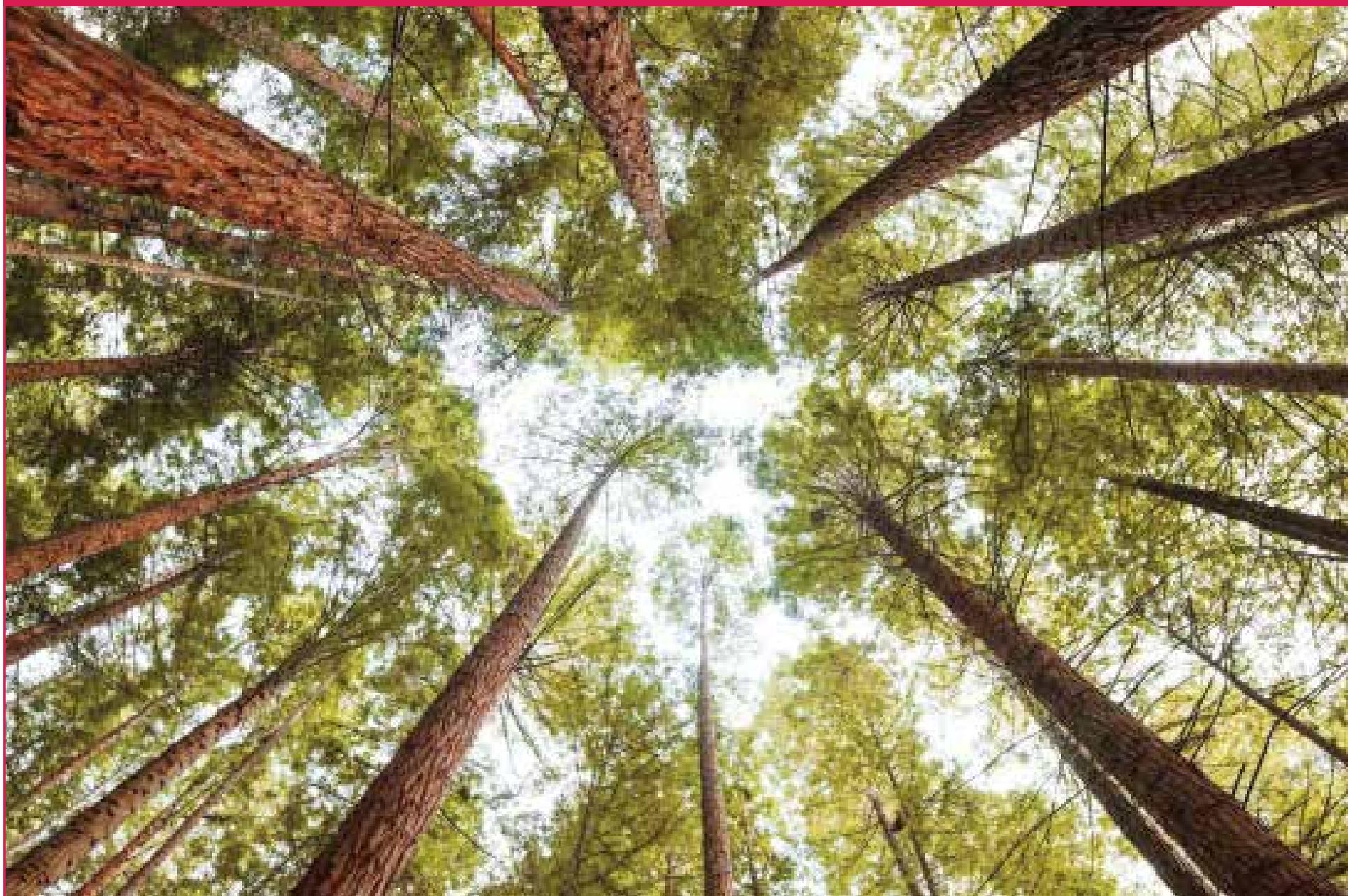


PARTICIPANTES NO WEBINAR "O INVESTIMENTO NA FLORESTA" CONVERGEM

## A floresta de produção está a ser "hostilizada"

Págs. IV e V



### Destaque

**PAC 2023-2027: Norte queixa-se de "diminuição acentuada das ajudas"**



Págs. II e III

### Destaques

**FEAMPA coloca a pequena pesca nos "cuidados intensivos"**

Pág. VI

**Empresas de vinho do Porto não subscrevem 'Declaração pela Sustentabilidade' para a Região Demarcada do Douro**

Pág. VII

# PAC 2023-2027: Norte queixa-se de “diminuição acentuada das ajudas”

A presidência portuguesa do Conselho da União Europeia alcançou um acordo político sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2023-2027, na sequência dos trilogos de 24 e 25 de junho, confirmado pelos ministros da Agricultura da União Europeia no Conselho de 28 de junho, no Luxemburgo.

Jože Podgoršek, ministra da Agricultura, Florestas e Alimentação da Eslovénia, tem a missão de assegurar, neste segundo semestre de 2021, a negociação técnica da nova PAC. As opiniões registadas pela “Vida Económica” não são consensuais. Uns falam de “acordo globalmente positivo”, mas há quem esteja preocupado com a transferência de verbas entre pilares e deixe alertas: “Há uma diminuição acentuada das ajudas, com especial incidência na região Norte”.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt



## Há uma “diminuição acentuada das ajudas no Norte”

IDALINO LEÃO  
Presidente da Fenapecuária  
– Federação Nacional  
das Cooperativas  
de Produtores Pecuários



Na nova PAC há cada vez mais uma preocupação com as questões do bem-estar animal, a sustentabilidade ambiental e a coesão territorial em cada Estado-membro da União. E esta deve ser destacada como uma tendência positiva destas negociações. E o setor agropecuário é reconhecido como atividade fundamental e decisiva para a fixação de população, contribuindo para um equilíbrio harmonioso dos territórios na sua vertente social, ambiental e económica.

Tendo em conta esta importância da coesão, que finalmente a PAC parece querer reconhecer, caberá a cada Estado-membro a definição e execução de medidas para alcançar este objetivo. Nesse sentido, é preocupante que a nossa tutela tenha assumido desde já a aplicação de um período transitório da PAC, o que leva no imediato a uma diminuição acentuada das ajudas com especial incidência na região Norte e, em particular, ao setor pecuário.

É uma decisão que nos parece claramente precipitada, injusta para com

a região e completamente ao arripio dos objetivos que a coesão territorial defende.

É, pois, importante que se trabalhe no sentido de minimizar estas perdas, através de uma nova ferramenta criada para a futura PAC, os chamados eco-regimes. Apesar de Portugal ser um país pequeno, tem um sistema fundiário e culturas agrícolas muito diferentes. As questões ligadas ao bem-estar animal e as práticas culturais que respeitem e ajudem no sumidouro de carbono devem ser discriminadas positivamente.

Os pagamentos associados ao leite, vacas, tem que continuar, pois são perfeitamente justificados, quer por questões de mercado, quer pela importância da defesa do nosso património genético. Na medida dos novos pagamentos associados aos cereais, como é o caso do milho, não pode nunca deixar-se de fora o milho para silagem, pois iria aumentar ainda mais a nossa dependência face ao exterior no que toca alimentação animal. E iria deixar de fora a região que mais semeia milho em Portugal: o Douro e Minho, o que será sempre encarado como um ataque e um desrespeito para com os agricultores desta região.

Por fim, é preocupante a transferência de 85 milhões do segundo pilar da PAC para o primeiro pilar. Considero que não é positivo para setor, pois este vai ficar amputado na sua capacidade de investimento.

## “Uma melhoria significativa na distribuição dos apoios”

FRANCISCO AVILLES  
Professor catedrático  
emérito do ISA  
e Coordenador Científico  
da AGRO.GES



Na opinião da AGRO.GES é globalmente positivo o acordo político da reforma da PAC recentemente alcançado no contexto da presidência portuguesa do Conselho da UE 2021.

O orçamento agrícola da PAC irá ter, no seu conjunto, um ganho de 384 milhões de euros (+4,1%), que resultará de um reforço quer dos Pagamentos Diretos (PDP) (+5,6%) quer do Desenvolvimento Rural (+4,9%).

Cerca de metade do conjunto das verbas do primeiro e do segundo pilares da PAC vão ter que ser obrigatoriamente destinadas a medidas de política orientadas para o ambiente e o clima [Pagamentos Eco-regime (ER), Medidas Agroalimentares (MAA) e Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MZD)], o que possibilita uma maior ambição climática e territorial.

A convergência interna dos Pagamentos Base (PB), o futuro modelo de

atribuição dos PB, as verbas que terão que ser obrigatoriamente atribuídas ao Pagamento Redistributivo (PR) (10% do total dos PDP do primeiro pilar) e o Regime da Pequena Agricultura (RPA) irão permitir uma melhoria significativa na equidade na distribuição dos apoios.

A manutenção da percentagem das verbas (19% dos PDP do primeiro pilar), que, no máximo, poderão vir a ser atribuídas aos Pagamentos Ligados à Produção (PLP), irá assegurar uma maior disponibilidade de verbas para a promoção da resiliência e do grau de autossuficiência alimentar dos setores produtivos nacionais que irão ser mais penalizados pelo processo de convergência interna (leite, arroz, cereais e tomate para indústria).

A possibilidade de se poder vir a recorrer a transferências de verbas do FEADER para os PDP do primeiro pilar (até 30%) irá constituir um reforço significativo das verbas a atribuir aos Pagamentos ER, aos PLP e aos PR, com os impactos potencialmente positivos anteriormente referidos.

Importa, no entanto, sublinhar que a concretização destes aspetos positivos irá, necessariamente, depender da forma como o PEPAC vier a ser desenhado e implementado pelo Ministério da Agricultura e assumido pelo conjunto dos agentes económicos.

Vai ser este, portanto, o grande desafio com que o Ministério da Agricultura irá ser confrontado no processo de elaboração do PEPAC até ao final de 2021.

## Urge criar uma “Estratégia Nacional para a Valorização do Olival Tradicional Português”

FRANCISCO ATAÍDE PAVÃO  
Presidente da Direção da APPITAD  
– Associação de Produtores  
em Proteção Integrada  
de Trás-os-Montes e Alto Douro



É prematuro avaliar o impacto do acordo da reforma da PAC 2023/27, nomeadamente ao nível do PEPAC - Plano Estratégico da PAC 2023-2027. Entendemos que esta reforma deveria ser para um período mais prolongado e não somente para quatro anos, potenciando assim uma maior estabilidade aos agricultores no que concerne a medidas de médio/longo prazo.

Relativamente à fileira do olival e do azeite, as preocupações são enormes. Se o olival intensivo e superintensivo de regadio apresentam maior rentabilidade, a realidade do olival tradicional é bem diferente. Neste âmbito, é suposto que o PEPAC seja um espelho das distintas realidades agrícolas nacionais, por forma a que as zonas mais “vulneráveis” do território nacional sejam definitivamente consideradas e apoiadas. Entendemos como importante que, nesta reforma, e nesta fileira em particular, sejam tidos em conta a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, as questões fitossanitárias, quer ao nível das doenças/pragas (p.e. “Xylella fastidiosa”), quer ao nível da cada vez maior limitação do uso de produtos fitofarmacêuticos (p.e. o cobre), a importação de azeites de extracomunitários, a manutenção e valorização da análise sensorial como elemento fundamental para a classificação e promoção dos azeites e as questões da promoção do azeite enquanto elemento fundamental da dieta mediterrânica e essencial no que concerne à saúde (p.e. Programa de Azeite Escolar).

O olival tradicional terá ainda que ter esforços redobrados na consciencialização de que, para além da sua função produtiva, apresenta também características que deverão ser consideradas como essenciais para a sua manutenção e apoio, nomeadamente pela diminuição do efeito poluente da agricultura, extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos, conservação dos recursos e da paisagem rural.

Por fim, urge criar uma “Estratégia Nacional para a Valorização do Olival Tradicional Português”, por forma a definir e elencar medidas de apoio à proteção, promoção e valorização destas produções num território, como forma de minimizar o forte êxodo rural.

## Política Agrícola Comum 2023-2027: as grandes mudanças que aí vêm

### DIMENSÃO ECONÓMICA

#### Apoio base para sustentabilidade – novo pagamento base:

- Determinação do valor unitário dos direitos ao pagamento, antes da convergência, com base no valor do direito a pagamento do atual regime de pagamento base e do valor do pagamento greening no Pedido Único de 2022.
- Taxa de convergência interna no apoio base para a sustentabilidade:
  - \* Mínimo de 85% em 2026, a ter início no ano 2023, sem prejuízo das alterações decididas para o período de transição;
  - \* Taxa de convergência interna prevalece sobre a opção de cláusula de salvaguarda de 30% a nível do agricultor.
- Prioridade de atribuição de direitos na reserva nacional para jovens e novos agricultores.

#### Pagamentos ligados:

- Regra geral de 13% [+ 2% apoio às proteaginosas];
- Manutenção da especificidade para Portugal com manutenção da percentagem de pagamentos diretos aplicada em 2018;
- Setores - inclusão de mistura de leguminosas e gramíneas

#### Jovens agricultores:

- Pagamento por montante fixo ou pagamento por hectare;
- Envelope equivalente a, pelo menos, 3% dos pagamentos diretos dedicado aos jovens agricultores, com contabilização do pagamento para os jovens do primeiro pilar e prémio à instalação de jovens agricultores do segundo pilar.

#### Desenvolvimento rural:

- Taxa máxima de apoio ao investimento de 65%;
- Taxa máxima de apoio de 80% para investimentos específicos: ambiente e clima, bem-estar animal, jovens agricultores;
- Taxa máxima de apoio de 85% para as pequenas explorações agrícolas;
- Taxa máxima de apoio 80% nos investimentos na exploração em modernização de regadios, de 65% nos investimentos na exploração em novos regadios, de 100% nas infraestruturas de rede primária e secundária de novos regadios coletivos públicos.

### DIMENSÃO AMBIENTAL

#### Condicionalidade reforçada

- BCAA 2 – proteção das zonas húmidas e terras turfosas – início da aplicação, o mais tardar, em 2024 ou 2025;
- BCAA 4 – estabelecimento de faixas de proteção ao longo dos cursos de água – respeitar uma largura mínima de 3 metros sem utilizar pesticidas e fertilizantes, como regra geral, e em conformidade com a legislação da União;



Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura.

- BCAA 7 - cobertura mínima do solo para evitar solo descoberto nos períodos mais sensíveis;
- BCAA 8 – rotação de culturas – possibilidade dos Estados-membros considerarem culturas secundárias enquanto rotação;
- BCAA 9 – Percentagem mínima de superfície agrícola dedicada a áreas ou características não produtivas – mínimo de 4% de terras aráveis dedicadas a áreas e características não produtivas, incluindo terras em pousio.

#### Regimes ecológicos – eco-regimes

- Regimes para o clima, o ambiente e bem-estar dos animais: – pagamento anual para todos os hectares elegíveis abrangidos pelos compromissos;
- Ring fencing de 25% acompanhado da utilização de rebates e um período de aprendizagem de 2 anos em que se aplicará um limiar base de 20%;
- Ao longo de 2 anos – período de aprendizagem - a diferença total entre as despesas efetivas para os regimes ecológicos e o ring fencing pode ser no máximo de 5 pontos percentuais, devendo o excedente aos 5 pontos percentuais ser compensado;
- Fundos não utilizados abaixo do limiar base terão de ser compensados até ao final do período, caso contrário são perdidos;
- Além do período de aprendizagem, há também uma flexibilidade de 2% em 2025 e 2026 e a possibilidade de utilizar montantes unitários mínimos e máximos durante todo o período.

#### Medidas Agroambientais e de Clima

- Compromissos devem ser assumidos por um período de 5 a 7 anos;
- Sempre que necessário para alcançar ou manter certos benefícios ambientais ou de bem-estar animal pretendidos, o período pode ser mais longo para determinados tipos de compromissos;
- Compromissos relativos ao bem-estar dos animais, compromissos de conservação, utilização sustentável e

- desenvolvimento dos recursos genéticos, conversão para a agricultura biológica, o período pode ser mais curto, com pelo menos um ano.
- Ring fencing FEADER dedicado a ambiente e clima – percentagem mínima de 35% com contabilização do apoio às zonas com condicionantes naturais de bem-estar animal;
- Investimentos que contribuem para os objetivos específicos de ambiente e clima são contabilizados a 100%.
- Taxa máxima de apoio de 100% aos investimentos não produtivos.

### DIMENSÃO SOCIAL

#### Pagamento para pequenos agricultores:

- Possibilidade de diferenciação de montantes fixos ou pagamento por hectare;
- Pagamento anual máximo de 1250 euros.

#### Dimensão social da PAC

- Permite promover melhores condições laborais, valorizar os agricultores cumpridores e sancionar quem não cumpre a legislação mais relevante, através da condicionalidade social;
- Início de implementação, o mais tardar, em 2025;
- Aplicável a agricultores e outros beneficiários que recebam ou os pagamentos anuais ao abrigo das medidas agroambientais e clima e outros compromissos de gestão, áreas com constrangimentos naturais e áreas com vantagens específicas.

#### Transferência entre pilares:

- Até 25% da dotação pagamentos diretos para os anos civis de 2023 a 2026 para a dotação FEADER nos exercícios financeiros de 2024-2027;
- Até 25% da dotação FEADER nos exercícios financeiros de 2024-2027 para a dotação pagamentos diretos para os anos civis de 2023 a 2026.

PARTICIPANTES NO WEBINAR "O INVESTIMENTO NA FLORESTA" CONVERGEM

# A floresta de produção está a ser "hostilizada"

A tendência não é nova, mas cada vez mais, em Portugal e na Europa, o discurso político foca-se "quase exclusivamente na questão do carbono e na questão do clima". E privilegia "claramente uma abordagem à floresta que não é compatível com muitos dos usos que nós, em Portugal e na generalidade dos países da Europa, damos à floresta": a fabricação de produtos de origem florestal reutilizáveis, recicláveis e oriundos da bioeconomia. Os oradores do webinar "O investimento na Floresta", organizado pela "Vida Económica", estão cientes de que "assistimos hoje ao abandono da floresta enquanto atividade produtiva", mas que "vamos pagar essa fatura mais tarde". Francisco Gomes da Silva, o novo diretor-geral da Celpa – Associação da Indústria Papeleira, não tem dúvidas: a floresta de produção está a ser "hostilizada".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Não é de agora, mas sobretudo com a divulgação pública, em julho, do compromisso da União Europeia (UE) de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030 – o chamado 'Fit for 55' – e da subsequente assunção de 13 propostas legislativas com regulamentação para setores como a agricultura, o automóvel, a energia e a aviação, "a preocupação com as florestas neste momento é exclusivamente uma preocupação instrumental e que responde a um apelo que é feito pela maioria dos eleitores", diz Francisco Gomes da Silva.

Vamos por partes. "Independentemente das áreas que o pinho, o eucalipto, o sobreiro, o pinheiro manso, os carvalhos, enfim, outras espécies, ocupem em cada momento – e têm existido oscilações –, nós temos cerca de três milhões de hectares de floresta em Portugal", explica o diretor-geral da Celpa. E não há dúvidas: "os desafios climáticos estão na ordem do dia". Por outro lado, "a floresta pode e contribui de forma decisiva enquanto sumidouro e reservatório de carbono, quer seja no solo, no lenho ou nos produtos de origem florestal ao longo do seu ciclo de vida", também sendo verdade que "o abandono crescente dos plásticos acrescentam um apelo à utilização de produtos de outras origens, não petrolíferas, digamos assim, e que os produtos de origem florestal estão claramente bem posicionados, seja a parte das embalagens ou de outros utensílios".

Mesmo assim, o diretor-geral da Celpa não está otimista. Isto porque

"aquilo a que temos vindo a assistir, não particularmente em Portugal – a nível europeu, mas obviamente com reflexo em Portugal e já foi dito claramente por responsáveis políticos em Portugal, nomeadamente pelo ministro do Ambiente – é que a preocupação com as florestas neste momento é exclusivamente uma preocupação instrumental e que responde a um apelo que é feito pela maioria dos eleitores".

Francisco Gomes da Silva diz que "isso, em si mesmo, não é muito grave", até porque "sabemos que os decisores políticos são sensíveis aos apelos dos eleitores". O problema aqui é que, "quando falamos de floresta em Portugal, estamos a falar de um ativo, de um valor natural, que vai muito além daquilo que a generalidade dos eleitores tem daquilo que é a nossa floresta", mas, paradoxalmente, "tudo o que tem sido publicado recentemente", seja o compromisso 'Fit for 55', seja a própria Estratégia Europeia para as Florestas, apresentada a meados de julho, "foca-se quase exclusivamente na questão do carbono e na questão do clima", alerta o responsável da Celpa. "A ênfase é toda ela colocada nas florestas ditas naturais (que representam um valor muito residual na Europa), na chamada gestão florestal 'close to nature', o 'rewilding', o 'não corte' e, por outro lado, "colocando um ónus cada vez maior sobre aquilo que são práticas de silvicultura que, se forem bem conduzidas, permitem não só contributos positivos para o carbono e outros serviços de ecossistema".

Em suma, "a visão que se está a ins-

talhar sobre as florestas de produção na Europa é claramente antagónica à sua existência, retirando de cima da mesa políticas ativas de incentivo, de apoio, daquilo que deve ser a boa produção florestal, ou seja, a condução adequada dos povoamentos que se destinam principalmente à produção", avisa Francisco Gomes da Silva. E mais: "retirando de forma clara e taxativa esse tipo de povoamentos daquelas que poderão ser as áreas remuneradas pelos serviços de ecossistema que disponibilizam".

O diretor-geral da Celpa mostra-se preocupado. E embora "perceba a pressão que existe para olhar para

dução seja hostilizada". Até porque, atendendo à capacidade industrial que está instalada em Portugal e na Europa e às carências de matéria-prima que se vêm sentindo, o mais certo é que "vamos pagar essa fatura mais tarde".

## Anefa: "A floresta hoje não é rentável"

Pedro Serra Ramos tem idêntica opinião e está igualmente pessimista. "Hoje a tendência é para o abandono da floresta" e "daquilo que é a floresta enquanto atividade produtiva". E por diferentes razões, diz o presidente da Anefa, explicando que, "no princípio

Francisco Gomes da Silva  
Diretor-geral da CELPA

"A visão que se está a instalar sobre as florestas de produção na Europa é claramente antagónica à sua existência. E retirando de forma clara e taxativa esse tipo de povoamentos daquelas que poderão ser as áreas remuneradas pelos serviços de ecossistema. Ora, os povoamentos destinados principalmente à produção, desde que bem geridos, não só não são incompatíveis com a produção de serviços de ecossistema, como são a maneira mais eficiente de conseguir produzir esses serviços, porque permitem uma remuneração através de um pagamento destes serviços de ecossistema mais reduzido do que nas chamadas florestas de conservação."



as florestas apenas como sumidouros de carbono, já custa muito a perceber que, por esse facto, a floresta de pro-

da década de 1990, a floresta era entendida como o petróleo verde e não apenas associado ao eucalipto, como

muita gente fala, mas ao eucalipto e ao pinho". Da cortiça, diz, "não se falava tanto, porque o preço a que era paga era relativamente baixo".

Tentemos perceber porque se faz investimento na floresta. Pedro Serra Ramos explica: "Investimento é alguém que agarra na floresta que, em Portugal, é maioritariamente privada, que pega em dinheiro e investe esperando obter daí um benefício". O problema é que "aquilo a que assistimos hoje ao nível dos produtos florestais mais comercializáveis – nomeadamente madeira e cortiça – é que os custos das operações normais em povoamentos florestais já está muito ao nível do que é pagamento à porta das fábricas", em resultado de "anos, anos e anos em que os produtos florestais não foram valorizados e os custos foram subindo, acompanhando aquilo que é a evolução do salário mínimo nacional e os custos com equipamentos".

Em Portugal, afirma o presidente da Anefa, "temos uma valorização dos produtos florestais em que chegámos ao ponto em que se paga o mesmo por madeira para arder do que para madeira para ser utilizada numa valorização nobre. Aliás, já houve uma altura em que estávamos a pagar mais por madeira para queimar do que por madeira para uma valorização nobre. Ora, quando chegamos a isto, há qualquer coisa que está errado".

"E não vale a pena falar de falta de produtividade ou de falta de mecanização no setor florestal, porque se há setor em que, além do digital, nós trabalhamos com mecanização a sério, é o setor florestal", diz Serra Ramos, explicando que "os custos operacionais existem e são os normais nestas operações". O problema é que, "se somarmos os custos, chegamos ao fim e dizemos 'a floresta hoje não é rentável'". E este, diz, "é um problema que tem alguma gravidade e que precisa de ser discutido com a indústria de base florestal, porque é um problema que pode vir a afetar em muito aquilo que é a floresta e o desenvolvimento florestal".

A grande questão é que "o proprietário do terreno faz a floresta na expectativa de de lá tirar um rendimento. Se o obrigam a fazer uma floresta que não lhe permite tirar esse rendimento, ele vai deixar de investir nessa floresta. Porquê? Porque ninguém vai agarrar em dinheiro e deitar à rua". E mais: "Não é com aquilo que se prepara em termos de pagamento dos serviços ambientais [no próximo Programa de Desenvolvimento Rural] – e estamos a falar de pouco mais de uma centena de euros por hectare – que o proprietário vai ter uma preocupação ambiental em termos de floresta, deixando que essa preocupação ambiental se sobreponha a uma preocupação de tirar um rendimento do investimento que faz".

E se o PRR – Programa de Recuperação e Resiliência parece trazer muitas verbas para a floresta, o presidente

da Anefa não acredita. E çembra que, dos 665 milhões afetos ao setor, 270 milhões são para a Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis, 96 milhões vão para o Cadastro da propriedade rústica e Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo, 167 milhões vão para as Faixas de gestão de combustível (rede primária), 92 milhões para Meios de combate a incêndios Rurais e 40 milhões para o Programa MAIs Floresta. A grande questão, diz, é que o MAIs Floresta não é no sentido de termos mais floresta. "É Ministério da Administração Interna Floresta".

## Investir no pinheiro-bravo "é prioritário"

Olhemos para a fileira do pinheiro-bravo, na qual existem "mais de 300 atores só de primeira transformação de pinheiro-bravo, todos dependentes de mercados diferentes", explica Susana Carneiro, diretora-técnica do Centro Pinus.

Certo é que, apesar da diversificação de agentes económicos à volta desta espécie, "o setor caracteriza-se por um défice estrutural de madeira muito acentuado", que o Centro Pinus estima que tenha representado "57% do consumo industrial em 2020". Susana Carneiro não hesita em dizer que "é uma preocupação muito grande", embora isso também represente, "na perspetiva da produção, uma grande oportunidade muito grande".

Certo é que, "nos últimos meses, os atores industriais têm tido uma grande dificuldade de acesso a matéria-prima de que precisam", o que tem colocado "uma grande pressão e competição e um aumento nos preços para se poderem abastecer".

Relacionado com tudo isto está o investimento na fileira. E os constrangi-

Pedro Serra Ramos  
Presidente da Anefa – Associação Nacional das Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

"Aquilo a que assistimos hoje é ao abandono da floresta enquanto atividade produtiva. Aquilo que assistimos hoje ao nível dos produtos florestais mais comercializáveis – madeira e cortiça – é que os custos das operações normais em povoamentos florestais já estão muito ao nível do que é o pagamento à porta das fábricas. E isto resulta de haver anos, anos e anos em que os produtos florestais não foram valorizados.

Depois, como a maior parte da floresta portuguesa é privada, a floresta de proteção, a existir, tem de ser paga pelos privados. E é preciso que alguém pague aos privados para investirem nesse tipo de floresta."

mentos que aí surgem.

Estamos em presença de uma espécie autóctone, "passível de receitas periódicas, com os cortes periódicos, que os técnicos chamam desbastes e que acontecem a partir dos 15/20 anos

e que podem dar alguma receita ao proprietário". E, no caso de optar pela resinagem, "é mesmo passível de uma receita anual", refere Susana Carneiro.

O problema, além do "risco", que é

Susana Carneiro  
Diretora técnica do Centro PINUS

"O Alentejo continua destacado como a região com mais investimento contratualizado [no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural – PDR 2020]. Em janeiro de 2021 apenas 7,8% das candidaturas referiam pinheiro-bravo na descrição das intervenções. Por outro lado, as verbas da PAC não estão a ser alocadas aos locais onde temos problemas, que é o Norte e o Centro do país e que coincidem em grande parte com as regiões onde se registaram grandes incêndios. Cerca de 41% dos agricultores não recebem apoios da PAC. E os apoios seriam uma alavanca muito importante para termos uma paisagem em mosaico que tornasse a nossa paisagem mais resiliente."

grande parte com as regiões onde se registaram grandes incêndios. O Alentejo é a região que recebe mais financiamento. E quando vemos em detalhe para onde são alocadas as verbas ve-

"um fator dissuasor do investimento", e do "grande alarmismo em relação ao nemátodo da madeira do pinheiro", é que "existe também uma perceção generalizada de que o minifúndio é incompatível com a rentabilidade e o investimento", também havendo "uma inadequação dos incentivos públicos à pequena propriedade".

Mas um dos problemas que mais preocupa o Centro Pinus é a distribuição dos apoios europeus no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) por regiões. E "o Alentejo continua destacado como a região com mais investimento contratualizado", em detrimento do pinheiro-bravo, por exemplo, uma vez que, "em janeiro de 2021, apenas 7,8% das candidaturas referiam pinheiro-

mos que, por exemplo, a maior parte das aplicadas na região Centro são para estabilização de emergência após o incêndio e não para incentivar os investimentos que teriam incentivado a gestão ativa da floresta e prevenido o incêndio".

A par disso, "cerca de 41% dos agricultores não recebem apoios da PAC e isto significa uma maior dificuldade", uma vez que "os apoios seriam uma alavanca muito importante para termos uma paisagem em mosaico que tornasse a nossa paisagem mais resiliente". Não falando dos pequenos produtores, pois "quando olhamos para a distribuição destes apoios para os produtores florestais, para os pequenos produtores as verbas da PAC também são inacessíveis".

Ciente destes problemas, o Centro Pinus fez "uma proposta muito pragmática e pro-ativa" para mudar esta situação no futuro PEPAC (Plano Estratégico da PAC) para 2023-2027.

Susana Carneiro explicou no webinar sobre o investimento na floresta aquilo que consideram dever ser a aposta: "O futuro PDR deve questionar paradigmas e eleger como prioridade avançar o investimento nas regiões de minifúndio ainda sem gestão agrupada, paralelamente ao apoio aos baldios e a áreas em gestão agrupada".

Além disso, deve apostar-se na "simplificação dos apoios e a sua conceção em função das tipologias de beneficiário, criando medidas especificamente dirigidas aos pequenos proprietários". E como as estimativas apontam que, para suprir as necessidades do setor e atingir as metas da Estratégia Nacional para as Florestas, seria necessário "investir 53 milhões de euros/ano no período 2021-2027", o Centro Pinus lança o repto: "O investimento na condução de regeneração natural de pinheiro-bravo é prioritário".



## FEAMPA coloca a pequena pesca nos "cuidados intensivos"

Entrou em vigor a 14 de julho o novo Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). Entre 2021-2027, ao abrigo desse instrumento financeiro, Portugal vai receber 378 572 022 euros. A Associação Portuguesa de Aquicultores (APA) diz que "Portugal sai favorecido deste instrumento europeu", mas que é preciso olhar para a "produção aquícola". Já Hugo Metelo Diogo, diretor executivo da Bluegrowth, é muito crítico: "O novo FEAMPA vem traçar um horizonte de cuidados intensivos para a pequena pesca".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O novo FEAMPA 2021-2027 é um dos instrumentos centrais para o financiamento e desenvolvimento do setor do mar, constituindo esta uma oportunidade para se concretizarem os objetivos da Estratégia 2030, que nos propomos atingir", disse Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar, a 21 de julho, na apresentação das linhas gerais do Programa.

Portugal é "o quinto Estado-membro da UE com maior dotação atribuída", realçou o governante, sendo que, em cima da mesa, para a UE-27, está um orçamento de 6,108 mil milhões de euros, dos quais 5,3 mil milhões serão alocados à gestão da pesca, aquicultura e frota.

A "Vida Económica" ouviu a Associação Portuguesa de Aquicultores (APA) sobre o novo instrumento financeiro da Europa para o setor. Fábio Barroso, secretário-geral, diz que, "à semelhança de anos anteriores, Portugal conta com 45 a 60 milhões de euros anuais, de 2021 a 2027, num total de 378,5 milhões, cerca de 7,13% do financiamento total aplica-

do à aquicultura e pescas". E, "uma vez mais, Portugal sai favorecido deste financiamento europeu", afirma, explicando que "a maioria dos financiamentos na área da aquicultura e pescas são de 60 a 75%".

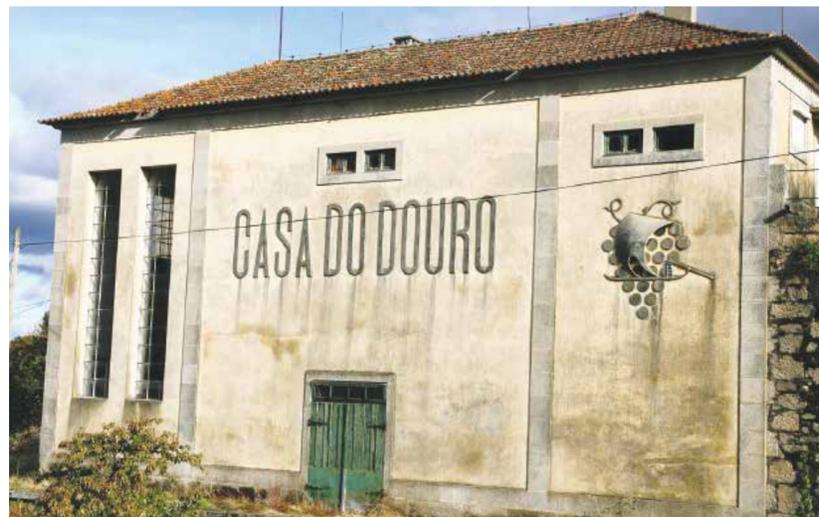
A questão é que, "no FEAMP de 2014 a 2020, apesar de Portugal ter sido favorecido nos apoios, a produção aquícola quase não cresceu". Aliás, em particular no último ano, "verificaram-se elevadas quebras de faturação devido à pandemia". Está, pois, nas mãos do Governo "não repetir erros cometidos no passado e elaborar uma estratégia de execução baseada na opinião de entidades especializadas", diz a APA.

Opinião mais crítica tem o diretor-geral da Bluegrowth, empresa de consultoria, auditoria e engenharia especializada em assuntos marítimos. À "Vida Económica", Hugo Metelo Diogo diz que "o novo FEAMPA vem traçar um horizonte de cuidados intensivos para a pequena pesca", notando que "os políticos e burocratas não entendem a diferença entre pescar melhor ou pescar mais". É que, se é "certo que os stocks naturais têm de ser protegidos, a vida dos homens do mar também tem de ser protegida e, para isso, é fundamental criar condições para a aquisição de novas embarcações".

Hugo Diogo frisa que "a frota de pesca nacional tem uma idade média superior a 35 anos e cerca de 90% das embarcações têm comprimento inferior a 12 metros. Retirar o financiamento à renovação da frota da pequena pesca é colocar centenas de comunidades piscatórias ligadas ao ventilador das compensações". E, olhando para o FEAMPA, afirma que ele "não promove o equilíbrio entre as políticas de conservação dos oceanos e os interesses económicos e sociais das comunidades que do mar dependem, colocando no mesmo saco a pesca industrial e a pesca artesanal. A cadeia de valor das pescas precisa de ser reestruturada de modo a garantir menos pescas e mais rendimento para os pescadores".

Agora, uma coisa parece certa: "O FEAMPA trouxe aparentes boas notícias para a aquicultura", diz Hugo Diogo. "Resta saber como é que os Estados-membros, estruturalmente atrasados como Portugal, vão aproveitar a janela de oportunidade".

# Ministra da Agricultura e PCP insistem na reinstitucionalização da Casa do Douro



Casa do Douro

O Tribunal Constitucional pronunciou-se, a meados de julho, volvidos cerca de dois anos, pela "inconstitucionalidade" das normas dos artigos 1.º e 7.º da Lei n.º 73/2019, de 2 de setembro, que reinstitucionalizou a Casa do Douro enquanto associação pública e de inscrição obrigatória. E os artigos 1.º, 3.º e 4.º dos Estatutos da Casa do Douro, aprovados por essa lei, também foram declarados inconstitucionais. À "Vida Económica", três dos diretores da Federação Renovação do Douro, que em maio de 2015 ganhou o concurso – contra a Associação da Lavoura Duriense – para a gestão privada da Casa do Douro, declararam que, com a publicação deste acórdão, a Federação que integram "(re)assume a sua integral função de detentora e gestora da Casa do Douro". Ministra da Agricultura e PCP insistem na reinstitucionalização.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Lei n.º 73/2019, que reinstitucionalizou a Casa do Douro enquanto associação pública e de inscrição obrigatória, tinha sido aprovada na Assembleia da República com os votos favoráveis do PS, BE, PCP, PEV, PAN e da deputada Manuela Tender (PSD), eleita pelo círculo de Vila Real. As bancadas do PSD e do CDS votaram contra.

Foram, aliás, 38 deputados dos dois partidos da direita parlamentar que tinham votado contra o diploma (20 eleitos pelo PSD e 18 pelo CDS) que vieram suscitar a inconstitucionalidade do diploma ao requererem a fiscalização sucessiva dos seus artigos.

Conhecendo agora o teor do acórdão do Tribunal Constitucional, Camilo Costa, Miguel Anaya e Nelson Viana, três dos diretores da Federação Renovação do Douro, entidade que em maio de 2015 ganhou o concurso para a gestão privada da Casa do Douro, não têm dúvidas: "Significa isto que a Casa do Douro só poderá assumir uma figura pública se a ela forem devolvidos os poderes que, ao longo de décadas, lhe foram cirúrgica e recorrentemente removidos, como é o caso da gestão do cadastro vitícola, como é o caso de uma ação assertiva na fixação do benefício e como seria o caso da atribuição a esta entidade da regulação e

promoção da fileira do vinho DOC duriense".

Porém, os três diretores da Federação Renovação do Douro não têm ilusões: "é facilmente entendível e pacífico que o Estado não se encontrará na disposição de retirar aos organismos públicos que tutela ou a quem atribuiu direitos promocionais – falamos do IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto] e da ViniPortugal – poderes e funções que arrebatou à Casa do Douro para não mais os restituir".

E mais. Estes três diretores da Federação Renovação do Douro consideram que a publicação em Diário da República deste acórdão "irá liquidar, ainda, o processo eleitoral que a lei ilegalizada [Lei n.º 73/2019] pretendia levar a cabo na região e que se encontrava suspenso, inviabilizando os Estatutos da Casa do Douro anexos àquela lei e assim evitando que toda e qualquer alteração estatutária que tivesse a ver com a Casa do Douro apenas pudesse ser concretizada na Assembleia da República e sujeita aos 'ventos' das sensibilidade políticas de cada estação eleitoral".

Assim sendo, estes dirigentes entendem que a Federação Renovação do Douro "(re)assume a sua integral função de detentora e gestora da Casa do Douro, nos termos da legislação de 2014 que instituiu a Casa do Douro enquanto associação de natureza privada e de inscrição não obrigatória".

**Eleições na Casa do Douro agendadas para 16 de maio foram suspensas devido à pandemia**

Recorde-se que, apesar da publicação da Lei n.º 73/2019, que começou a vigorar em janeiro de 2020, a convocação de eleições para uma Casa do Douro pública e de inscrição obrigatória por parte de todos os viticultores durienses nunca chegou a acontecer.

Isto, apesar de o ato eleitoral ter chegado a estar agendado para 16 de maio de 2020, tendo o mesmo sido suspenso a 23 de março, pelo Ministério da Agricultura, dado que ainda estava em vigor o estado de emergência no âmbito da pandemia de covid-19.

Inclusive, o Ministério da Agricultura chegou a publicar a Portaria n.º 53-A/2020, de 28 de fevereiro, que aprovou o regulamento eleitoral da Casa do Douro e designou os membros da comissão eleitoral e procedeu à marcação da data das eleições para os delegados municipais do conselho geral e para a direção da Casa do Douro. A mesma seria revogada pela Portaria n.º 162-A/2020, de 30 de junho, ficando todo o processo sem efeito.

Em fevereiro último, numa intervenção na Comissão de Agricultura e Mar, através de videoconferência, justamente sobre a reinstitucionalização da Casa do Douro, a ministra da Agricultura explicou aos deputados que deverão ser criadas as condições para retomar o processo eleitoral da Casa do Douro e que esperava para "muito breve" a conclusão do acordo para a regularização das dívidas da instituição.

Por outro lado, e apesar de ter dito que estava a "equacionar como começar a criar condições para efetivamente se poder retomar o processo eleitoral", acabou por assumir que "aquilo que faz sentido é que, neste momento, possamos fazer um compasso de espera para podermos receber por parte do Tribunal Constitucional o seu parecer em relação a esta matéria".

A 21 de julho, no debate no Parlamento sobre o Estado da Nação, questionado pela deputada do CDS Cecília Meireles, sobre o acórdão do

Tribunal Constitucional entretanto conhecido, o Primeiro-Ministro, António Costa, não se pronunciou sobre a inconstitucionalidade do diploma que reinstitucionalizou a Casa do Douro. Nem assumiu culpas do Governo por essa inconstitucionalidade, alegando tratar-se de uma iniciativa legislativa "da Assembleia da República", que terá agora de sanar essas anomalias.

**PCP: "Em nenhuma outra região os produtores dependem de estar inscritos para produzir um vinho"**

O assunto está longe de ser consensual e de estar pacificado na própria Região Demarcada do Douro. Há, aliás, promessas, do Governo e da esquerda parlamentar, de voltar a legislar sobre o mesmo para suprir a inconstitucionalidade dos vários artigos da Lei n.º 73/2019, invocada pelo Tribunal Constitucional.

Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura, já assumiu, em declarações ao jornal "Público", que planeia, "no terceiro trimestre deste ano", continuar a reinstitucionalização da Casa do Douro, assumindo que "a resolução da questão de inconstitucionalidade deverá ser analisada e sanada em sede parlamentar". O PCP, pela voz do seu secretário-geral, assumiu a meados de julho, num evento em Vila Real, que a decisão do Tribunal Constitucional, "independentemente de precisar de uma leitura mais aprofundada, não altera a justeza da decisão tomada há já dois anos, antes a reforça".

Jerónimo de Sousa justifica: "Diz o Tribunal Constitucional que em mais nenhuma região há uma figura deste género. Pois em nenhuma outra região os produtores dependem de estar inscritos para produzir um determinado tipo de vinho, e para saberem, antes de cada vindima, que quantidade podem produzir nesse ano. A produção de vinho generoso do Douro, ou vinho do Porto, como é conhecido, implica uma inscrição obrigatória". Daí o PCP defender que "é precisa uma Casa do Douro que assumia essa inscrição, que lhes foi roubada com o cadastro".

## Empresas de vinho do Porto não subscrevem 'Declaração pela Sustentabilidade' para a Região Demarcada do Douro

Os 21 municípios da Região Demarcada do Douro (RDD) assinaram em finais de julho, no Museu do Douro, uma declaração conjunta, da iniciativa do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), que visa empreender "uma abordagem estratégica e desenvolver políticas que criem condições para uma implementação efetiva da sustentabilidade ambiental, social e económica na Região Demarcada do Douro". O documento não é, porém, consensual. A Casa do Douro não foi chamada a assinar e a AEVP – Associação das Empresas de Vinho do Porto não só não foi consultada sobre o assunto como não se revê num "documento tão genérico", que "omite a dimensão ambiental da sustentabilidade" na RDD.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Incompreensivelmente, a AEVP, que detém a totalidade dos lugares relativos à representação do comércio do vinho do Porto e a maioria dos lugares relativos à representação do vinho do Douro no Conselho Interprofissional do IVDP, órgão que gere as denominações de origem Vinho do Douro e Vinho do Porto, não foi consultada, nem para a construção do documento, nem para a assinatura do mesmo", revelou Isabel Marrana, diretora executiva na Associação das Empresas de Vinho do Porto, à "Vida Económica".

A mesma responsável esclareceu ainda que a Associação das Empresas de Vinho do Porto não se revê "num documento tão genérico, sem qualquer compromisso efetivo, tendo nós verificado que o documento omite a dimensão ambiental da sustentabilidade, que consideramos crucial para garantir o futuro".

A Casa do Douro, ao que a "Vida Económica" apurou, não foi contactada pelo Instituto

dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), a que preside Gilberto Igrejas, para a subscrição da 'Declaração pela Sustentabilidade', que ocorreu durante o Congresso Douro & Porto – Memória com Futuro, que o IVDP organizou entre os dias 19



Gilberto Igrejas é o presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), promotor do congresso Douro & Porto – Memória com Futuro.

e 22 de julho, repartido entre a Alfândega do Porto e o Museu do Douro.

A Casa do Douro é, recorde-se, a entidade que, entre outras atribuições, representa os viticultores junto de entidades públicas e privadas, com especial incidência perante o Ministério da Agricultura e os seus serviços, associações interprofissionais, profissionais, económicas e sindicais, assegurando a representação coordenada dos representantes da produção nos organismos interprofissionais.

A "Vida Económica" questionou, por email, o presidente da casa do Douro, António Lencastre, mas, até ao fecho desta edição, não recebeu qualquer comentário acerca da não assinatura desta 'Declaração pela sustentabilidade'.

A "Vida Económica" também questionou o IVDP sobre se a Casa do Douro e a AEVP – Associação das Empresas de Vinho do Porto foram contactadas pelo IVDP para assinarem a 'Declaração pela Sustentabilidade' que foi apresentada e assinada durante o Congresso Douro & Porto, mas o Instituto a que preside Gilberto Igrejas não respondeu.

**"Todos os 21 municípios da Região Demarcada do Douro acederam a este compromisso"**

O IVDP quis assinar esta declaração conjunta com o ob-

jetivo de "empreender uma abordagem estratégica e desenvolver políticas que criem condições para uma implementação efetiva da sustentabilidade ambiental, social e económica na Região Demarcada do Douro, no Entrepósito de Vila Nova de Gaia e, genericamente, em todo o vale do rio Douro".

O Instituto a que preside Gilberto Igrejas explicou, através de comunicado, que "todos os 21 municípios da Região Demarcada do Douro acederam a este compromisso, assim como os municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia". E que as instituições de ensino universitário e politécnico com área de influência na RDD também se associaram à assinatura.

Assinaram o documento os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Castelo Rodrigues, Freixo de Espada à Cinta, Lagom, Mêsão Frio, Mirandela, Murça, Peso da Régua, Porto, Resende, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Gaia, Vila Real; os centros de conhecimento UTAD, Universidade do Porto, os Institutos Politécnicos de Bragança, Guarda, Porto e Viseu e as instituições públicas Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Norte (DRCNFN) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

A Declaração prevê "a adoção de medidas que combatam problemas como o envelhecimento e a desertificação, ameaça para a sustentabilidade da região". Segundo o IVDP, também "permite encontrar soluções conjuntas, integradas e coerentes, para o combate global dos problemas atuais" da RDD. Durante o Congresso Douro & Porto – Memória com Futuro, 22 de julho na Alfândega do Porto e no Museu do Douro, foram proferidas 40 comunicações científicas (19 comunicações temáticas e 21 comunicações orais) distribuídas pelos diversos eixos que orientaram o evento: território, gentes, vinha, vinho e mercados.

# Luta biológica contra a vespa-das-galhas-do-castanheiro com resultados "promissores"

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os estudos efetuados no âmbito do projeto "BioPest: Estratégias Integradas de Luta contra Pragas Chave em Espécies de Frutos Secos", que visa travar uma luta biológica contra a vespa-das-galhas-do-castanheiro no Minho, apresentam resultados "promissores". As perspetivas dos trabalhos já realizados permitem concluir que "o problema estará resolvido daqui a alguns anos", revelou o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, um dos parceiros da investigação, durante o 2.º Dia Aberto do Grupo Operacional Bio-Pest no Minho.

As dificuldades que o setor enfrenta como resultado dos prejuízos causados pela vespa-das-galhas-do-castanheiro, *Dryocosmus kuriphilus*, praga presente no Minho desde 2014, foram dadas a conhecer durante o encontro, que decorreu na Junta de Freguesia de Gondufe, em Ponte de Lima. Ali se confirmou "a importância de dar continuidade aos estudos", tido como "muito relevantes", de modo a conseguir dar resposta à recuperação do setor produtivo e à produção de castanha no Minho, que se reconhece de "grande qualidade".



Participantes na última visita técnica em Gondufe, em Ponte de Lima.

Os representantes de parceiros do projeto – Escola Superior Agrária do IPVC, Associação Portuguesa da Castanha – REFCAST e Associação Florestal do Lima – AFL – divulgaram ainda os resultados obtidos no Minho desde 2018, quer ao nível da dispersão e gravidade da praga, quer das largadas efetuadas e da eficácia dos tratamentos biológicos

com o parasitoide "Torymus sinensis".

"Estamos a estudar a bioecologia da praga, a perceber como o inseto reage nas condições agroclimáticas na região do Minho e a avaliar a utilização do parasitoide exótico, inseto importado de Itália com a autorização da Autoridade Fitossanitária Nacional, de acordo com o Plano Nacional de Luta contra a ves-

pa-das-galhas-do-castanheiro", explica a responsável pelo projeto no Minho, a docente e investigadora da ESA do IPVC, Luísa Moura.

A equipa de trabalho está a verificar de que maneira estão a ser eficazes as largadas destes insetos todos os anos para reduzir a propagação da praga. "O parasitoide instalou-se na região de forma diferente em diferentes sotos, em função das condições climáticas. Verificamos que a percentagem de parasitismo é ainda baixa", refere a investigadora, admitindo que "não é de estranhar", já que se trata de um inseto exótico que tem que se adaptar. No entanto, as perspetivas «são boas» e Luísa Moura acredita que, "dentro de alguns anos, o problema poderá estar resolvido", apesar de ser necessário "continuar a trabalhar".

O projeto termina em dezembro deste ano. Por isso, a investigadora deixa o alerta para a necessidade de dar seguimento ao trabalho que está a ser desenvolvido. "Teremos que nos candidatar a novos financiamentos para prosseguir com o trabalho, que é fundamental", disse Luísa Moura, lembrando que "os produtores estão sem rendimento há muitos anos e a preocupação é muito grande".

PUB

Ciclo de webinars:  
"Os desafios do agroalimentar  
na próxima década"

## A aquicultura e a transformação de pescado

quarta-feira, 29 setembro às 15h00, via Facebook Live

VidaEconómica  
GRUPO EDITORIAL



VidaEconómica  
Business School

AgroVida



**28 de outubro** A produção e exportação de amêndoa

**25 de novembro** Tecnologia e sustentabilidade na produção agrícola

**19 de dezembro** Os desafios do setor dos laticínios

Patrocínio:



\* transmissão em direto na página agrovida-vidaeconomica no Facebook

#### Informações

Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.  
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00  
Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt